

Título: O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia

Resumo:

Este artigo evidencia, a partir do caso de Parauapebas (PA), particularidades do processo de urbanização associado à dinâmicas de mineração capazes de articular diretamente os territórios de extração aos circuitos globais de acumulação. Sustenta-se a hipótese de que as mudanças observadas nas últimas décadas, nas formas de operacionalização do capital na fronteira amazônica, têm produzido transformações na estruturação urbana, e no relacionamento urbano-rural, em escala e intensidade muito superiores às décadas anteriores, com enorme impacto sobre a natureza e as camadas mais vulneráveis da população. Ilustra-se como os atores situados nos níveis intermediário e local se alinham à lógica da urbanização capitalista e passam a comandar regionalmente a dinâmica de expansão do tecido urbano. A análise baseia-se na derivação lefebvriana de *urbanização extensiva* e, particularmente, na noção de *níveis* da realidade social, com objetivo de explorar as conexões relacionais do urbano com os níveis global e local e, ao mesmo tempo, permitir a comparação entre casos onde há extração de recursos e seus processos de urbanização. São tecidos paralelos entre a extração de minério de ferro na Serra dos Carajás e a exploração de ouro, na região do Vale do Husco, norte do Chile, pesquisado pelo geógrafo Martín Arboleda. As evidências demonstram a necessidade de reinversão da dinâmica urbana atual, controlada por interesses de acionistas, gestores corporativos, especuladores e rentistas (com total determinação da esfera global), para uma matriz urbana orientada pelas demandas de reprodução da vida e da construção de cidadania, compatíveis com a diversidade existente na esfera local.

Palavras-chave: Parauapebas. Sudeste do Pará. Urbanização. Mineração. Urbanização extensiva. Urbanismo comparativo.

1. Em busca de uma leitura comparativa do urbano

Este artigo busca estabelecer paralelos entre os processos em curso na região da Serra de Carajás, no Estado do Pará, com as análises disponíveis na literatura que abordam as conexões entre a ação das indústrias de extração de recursos e o processo de urbanização na América Latina. O texto assume como principais contribuições dessa literatura os estudos de Martín Arboleda (2015a; 2015b) sobre cidades e núcleos mineradores localizados no Chile e na Colômbia, que evidenciam como estes espaços se constituem em expressões de um processo típico de urbanização resultante da demanda internacional por matérias-primas. O caso do Vale do Huasco, no norte do Chile, mostra como a atuação de uma empresa de mineração transnacional, a Barrick Gold Corporation, e seu projeto multibilionário Pascua Lama, comandado por financistas e gestores corporativos internacionais, tem resultado em uma problemática expansão do espaço urbano, marcada por transformações intensivas do ambiente construído, práticas de pilhagem socioambiental e, no limite, pela formação e intensificação de

geografias de desigualdade (Arboleda, 2015a; Brenner e Stoper, 2014).

Por meio da narrativa dos acontecimentos observados nas últimas décadas no Sudeste Paraense, o artigo também procura contribuir para o debate contemporâneo sobre urbanização (Monte-Mór, 1994, 2015; Brenner, 2014; Peck, 2014), ilustrando pontos de convergências com abordagens globalmente abrangentes, como a corrente do urbanismo planetário (Brenner, 2013, 2014; Brenner e Schmid, 2015; Arboleda, 2015a, 2015b) e com a proposta de articulação dialética entre urbano, rural e natural proposta por Monte-Mór (2015), que a partir de uma revisão da forma como urbanização, desenvolvimento e sustentabilidade são compreendidos, propõe a articulação entre urbanização e naturalização extensivas.

No estudo de caso adotado, observa-se um processo de urbanização orientado por uma economia extrativa cada vez mais conectada aos circuitos globais de troca, e portanto, responsiva às teses sobre urbanização planetária e/ ou extensiva. Para evidenciar esse processo e criar a possibilidade de comparação entre estudos de caso, recorreu-se ao pensamento de Henri Lefebvre (2008 [1970]) e, explorou-se as conexões entre os múltiplos níveis da realidade social. A análise dialética dos níveis local, urbano e global, mostra que globalização do capital, tende a sujeitar cada vez mais a vida diária aos imperativos da economia global através de um processo *urbano extensivo* (Arboleda, 2015a, 2015b; Monte-Mór, 1994). No sudeste do Pará, essa articulação resultou em um movimento de transbordamento do capital financeiro internacional para o processo de urbanização, envolvendo grandes proprietários de terra da região amazônica (Melo, 2015). Sustenta-se a hipótese de que as formas contemporâneas de desenvolvimento do capital na fronteira amazônica, assim como no caso chileno, transformaram a escala e intensidade de produção do espaço, estendendo o tecido urbano sobre áreas anteriormente isoladas ou pouco integradas ao capitalismo global, com impacto tanto sobre o ambiente construído (edifícios, infraestrutura) quanto sobre a esfera representacional e subjetiva (práticas e modos de vida) (Arboleda, 2015a).

O cenário da Serra dos Carajás, região mineradora gestada no contexto dos grandes projetos de investimento desenvolvidos na Amazônia, durante a segunda metade do século, é mobilizado para ilustrar as amplas mudanças nas dinâmicas da grande indústria de mineração e seus efeitos mais imediatos sobre a região de extração, muito semelhante ao que vem acontecendo em Pascua Lama, nos Andes chilenos e em outras cidades do Sul Global. Segundo Arboleda (2015b), os espaços de extração de recursos naturais têm se constituído, não só como uma das principais forças motrizes da *urbanização extensiva*, mas também como expressões morfológicas particulares deste processo. Em consonância, com casos latino-americanos (Arboleda, 2015b), Parauapebas revela claramente a inserção de um contexto não metropolitano em uma dinâmica de urbanização acelerada, como consequência da intensificação das conexões entre a esfera produtiva e o circuito financeiro (Harvey, 2010 [1980]; Brandão, 2008, Fix, 2011), com efeitos diretos sobre a vida diária dos seus habitantes.

1. Níveis da realidade social e a urbanização extensiva na fronteira amazônica

Em sua obra seminal *A Revolução Urbana* (2008 [1970]), Henri Lefebvre concebe a totalidade social como o resultado das múltiplas inter-relações entre níveis no eixo espaço-temporal, um todo formado pela interação entre um nível *global* (G); um nível *misto* (M); e um nível *privado* (P). Em detalhe, um nível global (G) e mais abstrato, que se projeta sobre o espaço

através de um sistema de referências gerais, que busca em sua permanente contradição, a homogeneização e universalização do espaço social; um nível misto (M), intermediário e especificamente urbano, constituído tanto por elementos prático-sensíveis (a *ordem próxima*), quanto por interações e representações mais amplas e abstratas (a *ordem distante*); e por último, um nível privado (P), identificado aqui como, o nível local, que engloba a esfera da vida cotidiana, isto é, as relações de vizinhança e de moradia, concebida como a escala mais imediata das relações sociais manifestas no “chão da vida”.

Lefebvre, imerso nos conflitos da sociedade industrial, buscava uma interpretação teórica da realidade social em sua totalidade, para além do “mundo das aparências”. É neste sentido que a compreensão relacional de níveis e dimensões, busca superar a leitura fragmentária do urbano, a qual reduz a realidade a formas particularistas e localistas de teorização, que dificultam a realização de estudos comparativos e obscurecem as possibilidades de investigação de padrões e tendências urbanas, condicionadas por mudanças estruturais no processo de desenvolvimento capitalista (Peck, 2014). Neste sentido, o urbano é entendido como um processo de abrangência global e socialmente contraditório (Brenner e Schmid, 2015), que se materializa a partir de diversas morfologias socioespaciais, resultantes de condições específicas de formação histórica, econômica e social.

A investigação das inter-relações entre os níveis da vida cotidiana, urbana e global, busca estabelecer um quadro explicativo sobre a rápida urbanização em locais de extração de recursos, onde grandes mudanças têm sido observadas, tanto em termos de transformações no espaço concreto, como na esfera mais subjetiva (Arboleda, 2015a), através da penetração de padrões de consumo modernos e da dissolução de arranjos socioeconômicos tradicionais. Por este motivo, as análises apresentadas neste artigo, relacionam a abordagem lefebvriana de níveis, aos estudos voltados para a compreensão das especificidades dos países periféricos (Santos, 1974)

Nas últimas décadas, Parauapebas expandiu em quase 10 vezes sua malha urbana em comparação com seu núcleo inicial. Este texto explora evidências de que esse movimento foi alavancado através do estreitamento das conexões entre o capital financeiro global e agentes intermediários e locais, sobretudo, grandes proprietários de terra, que hoje diversificam suas atividades em estratégias capitalistas mais sofisticadas, a exemplo da transformação de bens imobiliários em ativos financeiros, enquanto perpetuam velhas práticas vinculadas ao capital extrativo-mercantil, marcadas por ações de violência e pilhagem socioambiental. Em suma, observa-se a manifestação do fenômeno da *urbanização extensiva* apresentado por Monte-Mór (1994), em convergência com a tese da urbanização planetária de Brenner (2014) em um contexto periférico, onde tendem a se amplificar as contradições da urbanização capitalista.

A noção de *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994), deriva da hipótese presciente de Henri Lefebvre sobre “a urbanização completa da sociedade”, antecedida por um movimento dicotômico de implosão (concentração, aglomeração das práticas urbanas) e explosão (extensão do tecido urbano e intensificação das conexões entre os espaços) da cidade. Logo, o urbano não pode mais ser reduzido a um objeto claramente delimitado (“a cidade”), deve ser compreendido como um fenômeno multidimensional, que transcende qualquer dicotomia entre campo e cidade. De modo simplificado, três dimensões se destacam, o da projeção das relações à nível global sobre o espaço, o dos conflitos e das coalizões entre os diversos agentes no nível intermediário (gestores, corporações, proprietários fundiários, grupos socialmente excluídos) e o da prática urbana diária, relações concretas nem sempre perceptíveis e apreendidas pelos

atores sociais que se articulam à essas dimensões (Lefebvre, 2008 [1970]).

A urbanização contemporânea tem produzido novas e diversas geografias, as quais refletem a tendência inerente ao capitalismo de se desenvolver de forma desigual, com expressão mais intensa no território, sobretudo em espaços de extração de recursos, dos desequilíbrios entre níveis da realidade social (Lefebvre, 2008 [1970], Brenner, 2013, Brandão, 2008). Sob esta perspectiva, a velha dicotomia rural-urbano não é mais suficiente para explicar o fenômeno urbano, diante da expansão contínua da produção imobiliária (construção de shoppings, condomínios, conjuntos habitacionais, grandes lojas de varejo etc.) e das grandes inversões de capital (construção de estradas, portos, ferrovias, hidrelétricas, etc.), para além das áreas metropolitanas, em direção às diversas periferias, contínuas ou descontínuas.

O volume de recursos e o ritmo de transformações associadas a projetos de investimentos conectados ao mercado globalizado, ao invés de reduzir tem acentuado o contraste entre espaços de riqueza, crescimento e privilégio e espaços de pobreza, declínio e exclusão (Brenner e Schmid, 2015). Na fronteira capitalista, isto é mais evidente na medida em que a abertura do território permite, de um lado, a primazia de atores situados nos níveis global e urbano, capazes de criar arranjos produtivos de matriz industrial e se articular aos diversos espaços de operação do capital e, de outro, a subsistência de um significativo contingente de populacional que não consegue inclusão na economia formal e, em função disso, integra-se à economia urbana por meio de práticas alternativas, assimiladas como informais pela matriz hegemônica, onde prevalecem atividades de baixa intensidade de capital e intensivas em força de trabalho (Santos, 2008 [1979]). Contradições desse tipo podem ser observadas nos próprios projetos socioeconômicos apoiados pela Vale, no Sudeste Paraense.

Do ponto de vista da atração de grandes fluxos de capital e da sinergia intrinsecamente urbana gerada pela grande mineração, poderíamos supor a criação de uma condição consistente para o surgimento de diversas oportunidades econômicas na região. No entanto a grande mineração, contraditoriamente, intensifica as condições de desigualdade socioespaciais, uma vez que sua ação seletiva e concentrada produz poucas alternativas de transbordamento e apropriação local dos benefícios produzidos pela extração de recursos. O próprio número de empregos gerados é limitado, em contraste com o contingente populacional que é atraído para o território. Além disso, a automatização cada vez maior do processo de extração de minério, exige um certo grau de qualificação técnica dos operadores da mina, criando barreiras de entrada para a absorção da mão-de-obra local. A presença da empresa no território, contudo, ampliou oportunidades para os agentes que detém o controle da terra e atraiu sucessivos contingente populacionais, viabilizando sinergias entre investimentos na extração mineral e na produção de cidade, segundo uma visão hegemônica e exógena.

Ao explorar paralelos entre a narrativa e abordagem metodológica de Martín Arboleda (2015a, 2015b) para o Vale do Huasco, no norte do Chile, e o estudo sobre a região da Serra de Carajás, este texto procura mostrar como as geografias de extração contemporâneas evidenciam interações contraditórias e complexas entre os três níveis da realidade social. Isto é, se de um lado, as conexões diretas entre o circuito global de acumulação e os locais de extração têm promovido uma aproximação cada vez maior entre atores globais, intermediários e locais; por outro, a projeção dessas relações no espaço concreto reflete o descolamento entre os interesses dos atores envolvidos com o grande capital à nível global e as demandas mais imediatas da população, sobretudo, as camadas mais vulneráveis e dependentes de acesso à terra, água e biodiversidade. Isto tem a ver, como Harvey (2013) afirma, com a forma como o capital passa

a ser alocado na terra, quando os nexos entre o capital financeiro e o uso da terra se intensificam, passando a moldar não apenas os investimentos privados, mas a própria forma de estruturação geográfica da produção, das divisões de trabalho e, no limite, da dinâmica dos espaços de reprodução da vida diária.

2. A grande mineração e o nível global: conexões entre a *Barrick Gold* e a *Vale S.A.*

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi fundada na década de 1940, como resultado do chamado “Acordo de Washington”, que dentre uma série de resoluções, instituiu a criação de uma empresa estatal para explorar, comercializar e distribuir minério de ferro, com objetivo de abastecer a indústria bélica britânica e americana. Tal fato indica que desde a sua origem, a hoje multinacional, Vale S.A, teve sua atuação ligada ao mercado externo.

Na década de 1950, a ampliação do número de países produtores de minério de ferro, aumentou a competitividade entre as empresas e reduziu o preço do minério de ferro, um estímulo para a CVRD buscar novos mercados consumidores, como Japão, Alemanha Ocidental e Canadá. No período 1961 a 1967, o Japão passou a representar de 7,97% a 22,76% das exportações de minério de ferro da CVRD e ocupou a posição de segundo maior destino das exportações da mineradora brasileira. A partir deste período, o regime militar foi em grande parte responsável por posicionar o Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas. Isto porque, o governo lançou as bases para o desenvolvimento da matriz primário-exportadora, à medida que estimulou o processo de industrialização do país centrado no eixo Centro-Sul (Coelho, 2014). Neste contexto de fortalecimento da produção de matérias primas, alavancada por grandes projetos de investimento com foco no crescimento econômico do país, foi gestado o projeto de exploração das minas de ferro da Serra dos Carajás, no Sudeste do Pará, culminando com a criação do Programa Grande Carajás (PGC). Em 1985, após duas décadas de negociações político-econômicas, entrou em operação o Complexo de Carajás, um conjunto formado por mina, instalações de beneficiamento, *company town*, ferrovia, estradas e porto. Principal projeto do setor mineral empreendido no contexto dos Grandes Projetos, a implantação da mineradora constituía mais do que uma atividade produtiva, configurava uma estratégia para o fortalecimento do governo federal na região. A implantação do PGC retirava do governo estadual o controle sobre as terras da região da Serra dos Carajás e transferia para a CVRD, ligada diretamente ao governo federal. Este arranjo foi viabilizado através da delimitação de uma enorme área de preservação ecológica (instituída como floresta nacional, em 1997) e da projeção da construção de uma estrada próxima aos limites da reserva, estratégia que automaticamente transferia para o governo federal o controle sobre as faixas de terras próximas à rodovia planejada (Bunker, 2007), e evitava outras solicitações quanto à exploração do minério e uso da terra, ao mesmo tempo, em que afastava indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e pequenos agricultores que habitavam o território.

A extração de minério em Carajás, tinha em grande medida relação com a demanda por ferro e aço das indústrias brasileiras e internacionais, e também correspondia a uma forte dependência financeira do país em relação ao capital externo, tanto de investimentos voltados diretamente para extração de minério em Carajás, quanto para o desenvolvimento industrial da região Sudeste do país (Bunker, 2007). Apesar da relativa influência do capital estrangeiro e da

controversa atuação do Estado, o contexto de extração de recursos na região da Serra do Carajás difere bastante daquele observado nos andes chilenos. No Chile, desde a década de 1970, quando o regime ditatorial de Pinochet assumiu o poder, diversas medidas neoliberais foram postas em vigor, como a redução da participação do estado na economia, abertura aos fluxos de capital externo, liberalização do mercado financeiro, privatização de empresas do setor público e ampliação da participação de empresas e corporações privadas e estrangeiras na economia nacional. No Brasil, medidas no mesmo sentido passaram a vigorar somente na década de 1990.

Nesta via, a atuação da *Barrick Gold Corporation*, no norte do Chile, oferece um importante laboratório das formas de atuação de uma empresa transnacional de extração de recursos, fortemente integrada a dinâmica financeira com apoio do Estado, em um contexto onde a iniciativa privada e o capital global financeirizado operam livremente, com antecedência de pelo menos duas décadas em comparação com o Vale S.A., no Sudeste Paraense. Apesar de todas as premissas da atuação do governo federal, durante o período em que a empresa mineradora brasileira foi estatal, investimentos em outras áreas também foram realizados, como é o caso da requalificação urbanística da ocupação informal no núcleo pioneiro e da construção do Núcleo Urbano de Carajás (NUC).

Após a privatização, a Vale S.A. se tornou uma das empresas mais importantes da indústria de minério de ferro e uma das principais forças motrizes da economia exportadora amazônica, fortemente dependente de commodities como a soja, o gado e minério. Durante as últimas duas décadas o mercado asiático emergiu como principal consumidor de matérias-primas produzidas por economias orientadas à exportação de commodities, como o Brasil. Neste período, a Vale apresentou um rendimento crescente, registrando a produção de 31,8 milhões de toneladas de minério de ferro, em 1989; 45,8, em 1998; 97,3, em 2008; atingindo em 119,7 milhões de toneladas, em 2014, com uma expansão de 276% nos últimos 26 anos.

Números extraordinários também são uma realidade para *Barrick Gold*, a empresa originalmente canadense opera em cinco continentes, possui 26 minas de ouro e assim como a Vale S.A., é uma das empresas mais importantes de seu segmento de mineração, a extração de ouro. Em 2012, extraiu 7,42 milhões de onças de ouro e alcançou um fluxo de US \$ 4,2 bilhões de caixa operacional em 2013, tornando-se líder mundial na produção de ouro (Arboleda, 2015a). Outro importante paralelo entre as empresas tem sido a combinação da produção física e de sofisticadas estratégias financeiras. A extração de recursos naturais não era a única fonte de capital da antiga CVRD, acompanhando o movimento das indústrias de mineração em geral. Em 1988, ainda na época da empresa estatal, a CVRD vendia sua produção de minério de ferro no mercado futuro. Após a privatização, as ações da Vale S.A. passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYMEX). Em 2007, as ações da mineradora brasileira foram as mais negociadas entre as empresas estrangeiras, atingindo um giro médio diário de US\$ 725,5 milhões (Coelho, 2014). As ações da *Barrick Gold* também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York e na Bolsa de Valores de Toronto. Em 2009, a empresa emitiu US \$ 3 bilhões em ações e em 2013, alcançou US \$ 4 bilhões em emissões, as duas maiores ofertas de ações da história da Bolsa de Valores de Toronto (Arboleda, 2015a).

Em Parauapebas, as dinâmicas globais ligadas ao mercado financeiro, extrapolaram à exportação de commodities e passaram a moldar a forma como espaço urbano é produzido. Nos últimos anos, bancos e securitizadoras internacionais têm se aliado a atores regionais e intensificado o processo de urbanização extensiva deflagrado durante o boom das commodities, através da produção excepcional de loteamentos urbanizados, viabilizada com a entrada de

capital oriundo de fundos de investimentos internacionais.

Assim, os fluxos financeiros globais conectam os excedentes de capital à locais anteriormente isolados, mas importantes no que se refere à concentração de recursos naturais. Essas áreas absorvem os excedentes de capital através do ambiente construído, seja através de novas instalações logísticas, seja por meio da produção de shoppings centers, conjuntos habitacionais e de outras fórmulas globais. Segundo Arboleda (2015a) os investimentos em capital intensivo mobilizados pela mineração não seriam viáveis sem convergência de interesses entre os produtores físicos e o sistema de crédito:

(...) Ao longo deste processo, bolsas de valores, comerciantes, investidores institucionais e tecnocratas se entrelaçam nas relações de transformação mútua de geografias remotas que se tornam rapidamente urbanizadas. (ARBOLEDA, 2015a, p. 6).

Arboleda (2015a) argumenta que a inserção de lógicas financeiras na governança corporativa da *Barrick Gold* também pode ser observada em sua orientação para elevar a remuneração de seus acionistas, em resposta às pressões exercidas por investidores. Em períodos de recessão, como o que está em curso desde 2011, os investidores pressionam a gestão a abandonar estratégias expansionistas, colocando à venda uma série de ativos destas empresas. Através do programa de desinvestimentos a Vale S.A. vendeu seu capital investido na Usiminas (2,93% do total); seus ativos na *International Metals Reclamation Company* (Inmetco) (US\$ 38,6 milhões), e na *Jinco Nonferrous Metals Co. Ltd.* (Jinco) (US\$ 6,5 milhões); 76,7% de sua participação na *Inco Advanced Technology Materials* (Dalian) e 77% da *Inco Advanced Technology Materials* (Shenyang), totalizando entre 2009 e 2010 uma arrecadação de US\$ 100 milhões (Coelho, 2014). Essa mudança nas estratégias das empresas de extração de recursos revelam uma abordagem mais conservadora na alocação de capital, que tem sido uma tendência geral entre os produtores de matérias-primas (Arboleda, 2015a). As estruturas de poder internas se alteram, com objetivo de fazer convergir os interesses de especuladores de commodities, gestores corporativos, acionistas da empresa e do Estado (Coelho, 2014).

Em ambos os casos também soa marcante a atuação do Estado como uma espécie de facilitador da expansão da produção física das indústrias de extração. No caso chileno e de sua larga expertise no âmbito das reformas neoliberais, observam-se como as medidas econômicas implementadas pelo governo alimentaram a intensificação de investimentos e um aumento na entrada de fluxos de capital estrangeiro, criando um cenário favorável para a inserção de grandes empresas de mineração na economia chilena, como a *Barrick Gold*. No caso brasileiro o Estado, além de fomentar a Vale através da participação acionária, liberou grandes financiamentos para empresa. Em 2014, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) aprovou para empresa mineradora um financiamento de R\$ 6,2 bilhões, para realização de investimentos em infraestrutura, segundo Coelho (2014, p. 24):

Nesta conjunção de interesses, os especuladores lucram com a participação da Vale no mercado de bens futuros os acionistas com a valorização dos títulos da empresa, e o governo federal com o aumento da arrecadação e com o equilíbrio da balança comercial.

Para Arboleda (2015a), esse processo de financeirização da extração de recursos naturais ilustra a ideia de níveis lefebvriana em sua totalidade. Isto é, não como um “fato econômico isolado, mas como um processo mais amplo de financeirização do capitalismo” (Ibidem, p. 8), que passa a envolver não apenas o Estado, mas os agentes intermediários, a exemplo dos grandes proprietários de terras e de empresários regionais, no Sudeste do Pará. A construção teórica de níveis, por ser relacional, possibilita uma interpretação dos fatos observados em ambos os contextos de extração como um todo articulado e não como estudos de caso aparentemente separados e independentes, ainda que constituam realidades históricas internamente diferenciadas.

3. O nível intermediário: o boom da mineração e as dinâmicas urbanas

Em um contexto de crescente demanda e flutuação dos preços no mercado internacional, a CVRD tornou-se uma das empresas mais importantes na indústria de minério de ferro. Antes da privatização, a corporação formava um conglomerado de 30 empresas, com lucro líquido entre de US\$ 300 a US\$ 700 milhões, contrariando o argumento de que a empresa estatal era deficitária quando estatal (Coelho, 2014). A privatização da CVRD, em 1997, fez parte de um processo mais amplo do capitalismo, apoiado no fortalecimento da doutrina neoliberal na década de 1980, e na disseminação para o resto do mundo das recomendações de agências internacionais (BIRD, FMI), as quais preconizavam a redução das atribuições do Estado em favor do livre mercado, de acordo com um receituário de reformas políticas e econômicas direcionadas, particularmente, aos países do Sul Global.

A experiência chilena, mostra que as estratégias neoliberais elaboradas para estimular a atração de grandes fluxos de capital estrangeiro, criam as condições para o aumento desmesurado da produção física, alimentam os delírios especulativos das novas frentes de expansão e conectam esse movimento à circulação de capital à nível global, através da desregulamentação financeira. No limite, lançam as bases para que as grandes empresas de extração de recursos se instalem em seus territórios, protegidas por um marco político institucional que tende a beneficiar os projetos de investimento de multinacionais, em detrimento do desenvolvimento das indústrias nacionais e dos interesses coletivos.

A privatização da Vale, coincidiu com o período de valorização das commodities, quando o mercado asiático, com destaque para China, emergiu como principal consumidor de matérias-primas. A demanda chinesa impulsionou uma forte expansão da indústria de extração de recursos e intensificou a concorrência entre Estados, corporações privadas e elites locais pelo controle da terra e dos recursos naturais (Harvey, 2011 [2010]). A nova escala de investimentos e o novo ritmo de produção de minério de ferro comandado agora por uma multinacional, alteraram significativamente a dinâmica econômica de Parauapebas, interligando o local de extração diretamente às flutuações do preço das commodities no mercado internacional.

Durante o boom das commodities, a Vale S. A. não só intensificou suas operações no local de extração, como mobilizou a ampliação em larga escala da rede de infraestrutura logística (ver Figura 1), incluindo investimentos na construção e ampliação de estradas, ramais ferroviários e a criação de novas plantas de extração. Ao mesmo tempo atraiu atividades de suporte à empresa, que abrangiam desde o fornecimento de grandes equipamentos operacionais à serviços de apoio de pequeno porte (ex. *coffee break*). Dessa forma, durante um ciclo que se

estendeu de 2003-2013, Parauapebas vivenciou a metáfora lefebvriana de implosão-explosão do tecido urbano: implodiu com a renovação promovida na área consolidada da cidade, com concentração de atividades e serviços urbanos e explodiu com a periferização da “cidade” pioneira (física e virtualmente), que passou a abranger por amplas áreas do território, através de uma transformação em grande escala do ambiente construído e natural. Esse movimento confirma a tese de Arboleda (2015b) de que as formas contemporâneas de extração de recursos estão entre as principais forças motrizes da urbanização extensiva.

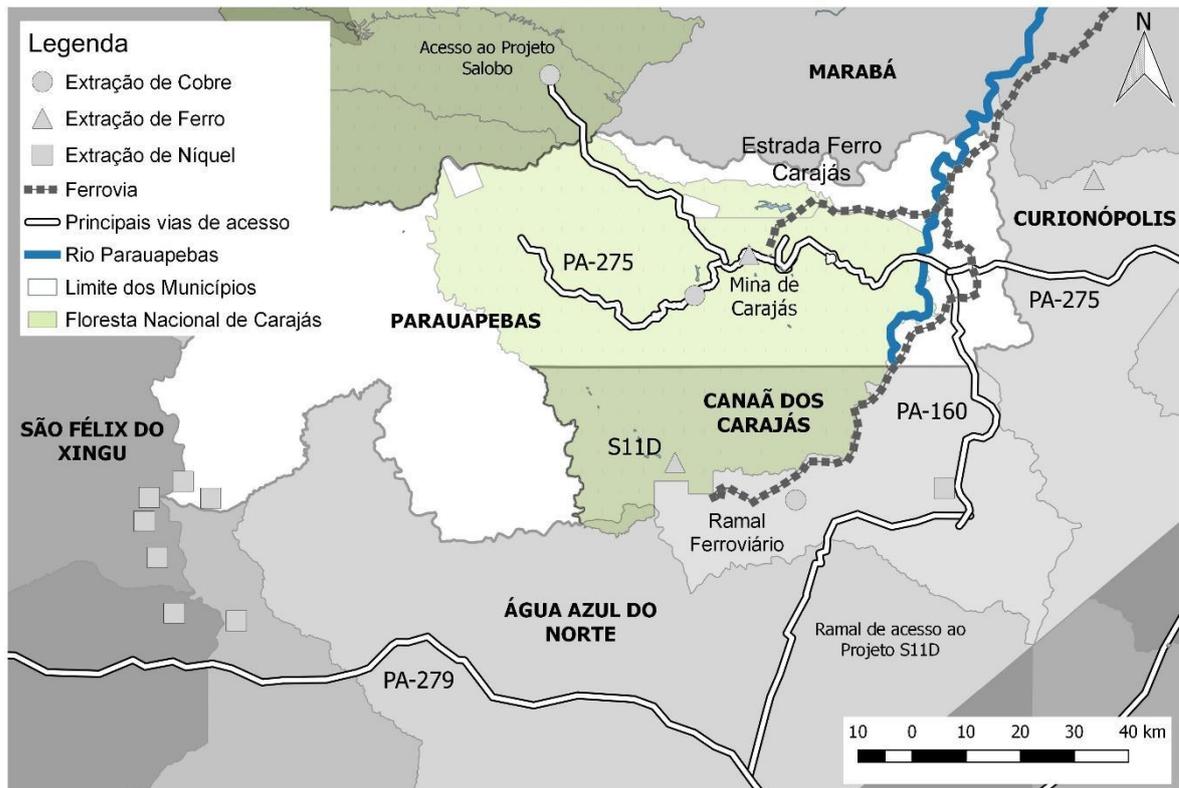


Figura 1 – Operação Logística da Vale. Fonte: adaptado de Vale (2015)

Tais dinâmicas revelam a influência colossal da grande mineração sobre o território. Somente a partir desse contexto é possível compreender, por exemplo, a criação da Floresta Nacional (Flona) de Carajás, no final da década de 1990. Embora a área já tivesse sido pleiteada pela empresa durante a gestão estatal, foi somente após a sua privatização que a reserva ecológica foi de fato instituída. Para além de uma política ambiental, a demarcação efetiva da Flona de Carajás constituiu um arranjo estratégico para garantir a integridade da área de lavra das minas e, assim garantir a credibilidade da empresa junto aos seus acionistas. Como bem enfatizam os anúncios publicitários da Vale, o cercamento da floresta criou uma grande área de conservação de biodiversidade, mas também imobilizou e/ou modificou o acesso e o relacionamento de povos tradicionais a/com essas áreas, e liberou o avanço da ação empresarial sobre o território não protegido, sem que muita atenção fosse dada às práticas de pilhagem

socioambiental desencadeadas no restante do território (Fadesp, 2016). Essa nova racionalidade não foi capaz de compreender a imbricação entre população tradicional e natureza viva, e desconsiderou-a completamente a ponto de invisibilizar seus registros. Nos limites externos à Flona estabeleceu-se a política de “terra arrasada”, manifesta por meio de um extenso repertório de predação ecológica que inclui o desmonte de morros, a drenagem e assoreamento de cursos d’água, a queima ilegal de áreas de preservação ambientais e a derrubada das escassas áreas de floresta. Essas práticas são correntes e aceitas na região, inclusive porque foram associadas ao progresso, a despeito da legislação ambiental brasileira e da conversão de valores e práticas, criando uma situação de ruptura que pode ser melhor detectada na esfera da vida cotidiana.

A grande mineração ao estimular a inserção dessas novas atividades no espaço, incentivou também relações altamente especulativas com a terra. No período de 2006 à 2008, quando houve uma valorização média anual no preço do minério de ferro em 13,3%, e sua receita bruta cresceu 18,8% no mesmo período (Coelho, 2014), observou-se o início de uma vertiginosa expansão da produção de loteamentos, que resultou na duplicação da malha urbana em menos de uma década anterior, um crescimento correspondente a 109,11% entre os anos de 2005 e 2014 (Ver Tabela 1 e Tabela 2).

Período: 1980 - 1984		
Mancha Urbana (km ²)	6,48	
Crescimento da mancha em relação ao período anterior (%)	-	
Crescimento da mancha em relação ao núcleo inicial (%)	-	
Período: 1985 - 1994		
Mancha Urbana (km ²)	14,11	
Crescimento da mancha em relação ao período anterior (%)	117,84	
Crescimento da mancha em relação ao núcleo inicial (%)	117,84	
Período: 1995 - 2004		
Mancha Urbana (km ²):	27,72	

Crescimento da mancha em relação ao período anterior (%)	96,39	
Crescimento da mancha em relação ao núcleo inicial (%)	327,80	

Tabela 1 – Evolução da mancha urbana no município de Parauapebas nas últimas décadas. Fonte: Elaboração própria a partir de imagens do Google Earth de 1984 até 2016 (2016).

Na região do Sudeste Paraense, o boom da extração minério criou uma ponte entre a economia regional, sustentada pelo agronegócio (sobretudo, a pecuária) e a produção urbana. Essa articulação teve início quando a atividade de extração de minério comandada pela Vale, alcançou seus melhores resultados, combinando alta valorização das ações da empresa no mercado financeiro, com um aumento crescente da produção de minério de ferro (ver Figura 2). O cenário econômico favorável, a programação de grandes investimentos e a expectativa de um grande fluxo migratório de mão de obra assalariada, atraiu para o Sudeste Paraense grandes incorporadoras e construtoras (W Torre, Direcional, Premium Engenharia e a Cipasa Urbanismo). Este acontecimento, resultou na inserção de novos arranjos institucionais e empresariais na região, com particular destaque para o transbordamento do capital financeiro global, antes concentrado nas interações entre a empresa de extração de recursos e o mercado internacional, para empreendimentos imobiliários, face a capitalização das empresas imobiliárias diretamente no mercado financeiro.

Período: 2005 - 2014		
Mancha Urbana (km ²)	57,97	
Crescimento da mancha em relação ao período anterior (%)	109,11	
Crescimento da mancha em relação ao núcleo inicial (%)	794,60	
Período: 2014 - 2016		
Mancha Urbana (km ²)	63,27	

Crescimento da mancha em relação ao período anterior (%)	9,15	
Crescimento da mancha em relação ao núcleo inicial (%)	876,45	

Tabela 2 – Evolução da mancha urbana no município de Parauapebas nas últimas décadas. Fonte: Elaboração própria a partir de imagens do Google Earth de 1984 até 2016 (2016).

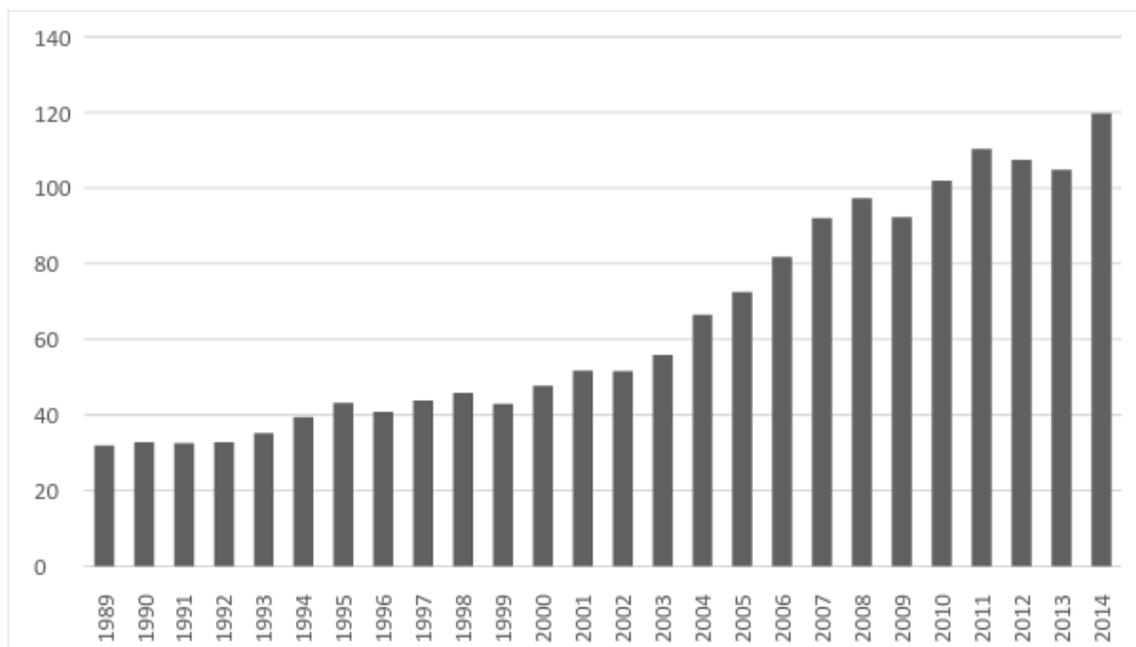


Figura 2 – Produção de minério de ferro no município de Parauapebas. Fonte: DNPM (2015)

A forma de operação das construtoras e incorporadoras de grande capital, não só aderiu aos interesses dos grupos empresariais da região, como impulsionou a entrada de diversos atores regionais e locais, beneficiados por incentivos governamentais em décadas anteriores, no segmento imobiliário (donos de redes de supermercado, eletrodomésticos, postos de gasolina, concessionárias de veículos, empresas de mineração e agropecuária, etc.). Com a crise 2008 e o arrefecimento da demanda chinesa na sequência, a maioria das empresas nacionais atuantes no Sudeste Paraense abandonou seus investimentos na região. Na época recém-criadas incorporadoras regionais lançaram grandes empreendimentos no Sudeste Paraense. A Buriti e Nova Bairros Planejados, por exemplo, produziram mais de 35 mil lotes urbanizados somente em Parauapebas, os quais representam atualmente 30% da malha urbana.

Durante o trabalho de campo nas cidades de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá,

o processo de fortalecimento das empresas regionais no mercado imobiliário tornou-se mais evidente. Com a política de incentivos fiscais fomentada através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir da década de 1960, algumas famílias e grupos empresariais, sobretudo oriundos do Centro-Sul do país, passaram a controlar imensas extensões de terras no Sul e Sudeste Paraense (Fernandes et al, 2016). Através dessa política amplas porções de terra da região foram convertidas em pastagens e em outros casos imobilizadas como possíveis portfólios de investimento para negociação futura (Schmink e Wood, 2012).

Durante o boom das commodities, que coincidiu também com o período favorável à aquisição de financiamentos e subsídios do governo federal, para produção de infraestrutura e habitação (2007-2011), os portfólios de terra do empresariado regional foram finalmente negociados ou mobilizados, diante da oportunidade de apropriação excepcional de renda da terra por seus proprietários. Diante disso, empresários e proprietários de terra regionais estabeleceram parcerias e criaram construtoras, empreiteiras e incorporadoras para atuar na região.

Nos últimos anos, algumas dessas empresas chamaram a atenção de securitizadoras e fundos de investimento, devido à dimensão dos seus empreendimentos e de seus bancos de terra (*landbanks*) na região, a Buriti por exemplo, possui 135 mil lotes lançados e uma reserva de terras disponível para construção de até 200 mil lotes (Buriti, 2017). Assim, as empresas imobiliárias regionais transformaram seus empreendimentos em ativos financeiros, ampliando sua capacidade de capitalização e aquisição de crédito e, entrando em contato direto com o capital financeiro globalizado. Isto tem possibilitado, até o momento, a ampliação do número marcas e empreendimentos imobiliários e uma transformação cada vez maior do espaço urbano sob o comando desses grupos.

O grupo Buriti, por exemplo, atua em 10 estados e em 39 cidades brasileiras e seus sócios fundadores criaram novas marcas como a Amec Ville, a Valle, a Prime, a Costa Atlântica empreendimentos imobiliários, dentre outras. Em 2016, na contramão da economia nacional, ampliaram seus negócios e realizaram investimentos imobiliários estimados em R\$ 350 milhões (Jornal “A notícia”, 2016). A transição e/ou diversificação dos investimentos dos grupos empresariais da região em direção ao segmento imobiliário indica o papel central que a propriedade da terra assumiu com o estreitamento das conexões entre os níveis global (mercado financeiro), urbano (produção imobiliária) e o privado (produção da casa), uma forma de ativo financeiro para obtenção de rendas cada vez maiores (Harvey, 1980).

4. A produção da vida cotidiana: uma ponte entre Vallenar e Parauapebas

Vallenar, capital da província do Vale do Huasco no Chile, é uma cidade de 228 anos, com população pouco superior a 50 mil habitantes, com localização estratégica na malha viária, o que a caracteriza como um ponto de convergência de fluxos de população, de atividades econômicas, operações logísticas e instituições políticas, assim como em Parauapebas suas principais atividades econômicas são a agricultura e a mineração. Parauapebas, está localizada na maior província mineral do mundo, a Serra dos Carajás, possui 28 anos, e população superior a 200 mil habitantes, constitui um dos polos intermodais da região e é cortada pelas rodovias PA-275 e PA-160, também exerce uma centralidade importante em sua região de inserção,

embora a cidade de Marabá concentre maior número de serviços, pessoas, atividades econômicas e instituições,

Parauapebas começou como uma vila de apoio a atividade de extração de minério de ferro com o início da implantação do Programa Grande Carajás (PGC) e, cresceu de 3 casas para 15 mil habitantes, entre 1980 e 1985 (Bunker, 2007). Em contraste com a ordenação industrial presente na *company town* de Carajás, Parauapebas cresceu aos solavancos, acompanhando o ritmo ditado pela produção de minério de ferro e de seu estímulo ao capital rentista e/ou produtivo atuante em seu território. As ações públicas e privadas transformaram rapidamente a densa floresta e o modo de vida da rarefeita população que habitava a Serra dos Carajás antes do projeto. Incrustada no interior da floresta amazônica, mesmo com a participação da iniciativa privada a operação da mina exigiu um amplo esforço do Estado brasileiro, para viabilizar a infraestrutura logística necessária para o início da produção e exportação do minério. Estradas, ferrovia, porto e novos serviços foram mobilizados e uma cultura urbana-industrial foi introduzida no território anteriormente isolado.

Em contraste, apesar dos dois séculos a mais de existência, Vallenar experimentou só recentemente uma intensificação das transformações urbanas associada à chegada de grandes investimentos estrangeiros voltados à extração de recursos. Mas assim como em Parauapebas, a grande mudança no ritmo e escala do processo de urbanização aconteceu na última década, quando a população da cidade chilena passou a vivenciar a urbanização extensiva não só em termos de mudanças no ambiente construído, como em seu modo de vida. Em ambos os casos, houve uma modernização do espaço, caracterizada por mudanças nos padrões de consumo, estimulando a população a consumir diretamente os produtos da modernidade, sobretudo diante da chegada das grandes redes do varejo. Em Parauapebas, este movimento foi plenamente viabilizado a partir de um desnecessário espraiamento da malha urbana (hoje, 8 vezes maior do que o núcleo pioneiro em 1984), através da inauguração de shoppings centers, condomínios de luxo, loteamentos urbanizados, lojas de varejo, hotéis e centros comerciais, numa escala e velocidade muito superior ao movimento experimentado nas décadas anteriores.

Assim como no Chile, a intensificação dos fluxos de capital se traduziu em distorções na esfera microeconômica, durante o período de boom das commodities. Neste contexto, o setor público e o setor privado em coalizão alinharam a produção urbana as flutuações do preço no minério. O que representou, para o município paraense, a viabilização de obras públicas (novas estradas, elevados, sedes administrativas, escolas, centro de abastecimento, praças, etc.), bem como uma massiva produção de habitação, derivada de fórmulas do urbanismo global (Muxi, 2004). Por outro lado, observou-se na época uma escalada vertiginosa no preço dos imóveis, com aluguéis 5 vezes superiores aos preços praticados no mercado atual (pesquisas de campo, 2014, 2017), já em recessão, após a queda do preço do minério de ferro, redução dos investimentos da mineradora brasileira, e redução da remuneração dos funcionários, inclusive por corte da ajuda de custo para habitação.

Assim como em Vallenar, a euforia impulsionada pelo ciclo de valorização do minério no mercado global, atraiu cadeias de varejo, que se tornaram uma âncora para a integração da população ao mundo de consumo. A urbanização extensiva associada ao frenesi da extração de recursos introduziu rapidamente na dimensão da vida diária diversos impulsos da globalização capitalista contemporânea, desvalorizando antigas formas de produção ou mesmo os produtos locais. Em um território da fronteira amazônica diretamente conectado ao mercado globalizado, um desses símbolos assimilados pela população foi a *Black Friday*, um dia excepcionalmente

dedicado ao consumo conspícuo criado pelos norte-americanos, no qual uma multidão de pessoas aguarda desde o dia anterior a abertura das redes de varejo locais e até o fechamento dos portões um movimento intenso é registrado nas lojas (ver figura 4).



Figura 4 – *Black Friday* Parauapebas (2016). Fonte: <http://pebinhadeacucar.com.br/>

Em paralelo à intensificação da produção da cidade, houve a implantação da principal rede varejista presente do Norte-Nordeste, o Grupo Mateus, criado em 1991, como desdobramento da trajetória de um garimpeiro da Serra Pelada, que ilustra um caso curiosamente conectado ao mercado de commodities, primeiro ao ouro e, posteriormente, ao agronegócio. Hoje a rede atua em diversos segmentos (atacado, eletrônico, produtos farmacêuticos, etc.), é uma das maiores redes regionais, possui 17 mil funcionários e mantém 58 empreendimentos. Arboleda (2015a), argumenta que a presença de grandes redes de varejo tanto é uma expressão da lógica de urbanização em contextos não metropolitanos e de grande afluxo de investimentos, quanto reforça uma tendência global, iniciada na década de 1990, de expansão de redes de varejo com sistemas de crédito próprios, como consequência da redução do papel do Estado na provisão de bens coletivos e intensificação das trocas internacionais. Na esteira desses acontecimentos, em 2011, o Grupo Mateus, em parceria com o Banco Bradesco, lançou no mercado seu próprio cartão de crédito e criou um sistema onde seus funcionários consomem na própria rede varejista os benefícios da empresa como o vale-alimentação, corroborando a emblemática formulação kaleckiana de que “os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham”. Tanto o movimento de extensão do tecido urbano de Vallenar quanto de Parauapebas confirmam a argumento de Arboleda (2015a), sobre as novas paisagens financeiras, segundo o autor a expansão de crédito via redes de varejo reflete um movimento do capitalismo global, em que empresas não-financeiras se articulam cada vez mais com processos financeiros, independente do sistema bancário. Em acordo com as dinâmicas recentes, também se observa um movimento concomitante de inserção no sistema de crédito de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente mutuários socialmente marginalizados, sub-remunerados, terceirizados ou empregados temporariamente (Harvey, 2011[2010]).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por exemplo, tornou evidente a

ampliação do acesso ao crédito aos segmentos mais frágeis da população, em termos financeiros, na medida em que o PMCMV era acompanhado pelo programa Minha Casa Melhor. Este último financiava a aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos aos mutuários do PMCMV. Se de um lado, o programa governamental permitiu que amplos segmentos da população tivessem acesso a habitação e ao consumo de produtos domésticos, por outro tornou grande parte dessa população sujeita ao endividamento, devido à permanência de seus baixos rendimentos e da situação informal ou instável de suas ocupações, tal fato decorrente da incapacidade das atividades econômicas modernizadoras absorverem os contingentes de trabalhadores e/ou de migrantes oriundos do universo rural/camponês que historicamente se constituíram em excluídos urbanos. Como conclui a pesquisa de Arboleda (2015a, p. 9):

A configuração e reconfiguração das paisagens de crédito nos permite visualizar a natureza eminentemente desigual dos processos de urbanização extensiva, porque o tipos de atores financeiros que se seguiram a chegada de mineração transnacional são precisamente os que se especializam em consumidores de “alto risco”.

Nas pesquisas de campo realizadas entre 2012 e 2016 no Sudeste Paraense, a narrativa de endividamento e da devolução de bens, inclusive imóveis foi frequente, sobretudo em 2016, quando a recessão econômica da indústria de extração foi mais claramente sentida pela população, através do aumento no número de demissões diretas ou indiretamente associadas à mineração. Apesar do extensivo processo de produção habitacional já ocorre esvaziamento dos loteamentos urbanizados destinados para as faixas de renda média e baixa, e transferência de famílias pobres para áreas da cidade sujeitas ao risco ou ambientalmente vulneráveis.

Há distinções essenciais entre o projeto chileno de Pascua Lama e o da Serra de Carajás o primeiro mais recente, configura uma área de extração adquirida pela empresa canadense *Barrick Gold* no mesmo ano de privatização da Vale e, portanto, desde o princípio opera dentro do marcos neoliberais. O projeto de Carajás, além de somar três décadas de funcionamento, experimentou um breve período coordenado por uma empresa estatal, que possibilitou uma certa resistência à livre ação da iniciativa privada e do capital financeiro global em seus primeiros anos, no âmbito de um projeto nacional-desenvolvimentista. Essa diferença, entre o perfil de gestão empresarial estatal *versus* privada, pode bem ser observada, no próprio território do Sudeste Paraense. A ação da empresa estatal, CVRD, na Serra dos Carajás possibilitou a consolidação de uma infraestrutura urbana, ainda que bastante frágil, que garantiu a criação de algumas amenidades na produção do espaço urbano, inexistentes em projetos mais recentes realizados pela Vale, como é o caso do S11D, maior projeto de extração de minério de ferro da Vale, localizado à 60 quilômetros de Parauapebas.

Em comum, ambos os projetos de mineração desde sua gênese são derivações de interesses localizados a milhares de quilômetros de distância (Santos, 1986[1978]), inseridos em espaços incompletamente organizados e seletivos, onde o Estado e sua ação “planejada”, tem sido mais favorável ao nível global, onde operam as multinacionais inseridas no circuito global de acumulação, do que em relação às demandas diárias da população. Tais geografias, hoje expressam mais claramente a inter-relações entre níveis e, um exemplo disso, é processo de expansão das relações financeiras em esferas que anteriormente não estavam sujeitas a sua influência, como é caso do setor imobiliário em Parauapebas. Esta nova paisagem financeira

em formação na fronteira amazônica conecta dialeticamente práticas e mecanismos financeiros globais, urbanos e locais. O lado perverso do processo de urbanização extensiva se revela na, nem sempre evidente, expansão dos processos de pilhagem socioambiental.

Como exemplo disso, destaca-se um emblemático projeto habitacional, lançado pela prefeitura de Parauapebas em parceria com a construtora paulista Qualyfast, especialista no desenvolvimento de projetos para o PMCMV, durante o frenesi imobiliário alavancado pelo programa. A construção do Residencial Alto Bonito no Morro do Chapéu foi bastante representativa do poder exercido pelos níveis intermediários e globais (o Estado, as instituições, o grande capital) sobre o espaço de vida da população. O projeto foi um duplo golpe sobre o nível local. Tanto sobre a população pobre que havia ocupado o Morro e foi duramente retirada do local através do poder polícia, justificado pela aplicação do código florestal (o morro se constitui em uma Área de Preservação Permanente urbana). Quanto sobre o Morro, cujo argumento de preservação foi solapado em seguida com o corte e total remoção da vegetação existente para atendimento dos parâmetros do empreendimento habitacional. O novo conjunto habitacional, um complexo formado por 34 blocos de 7 apartamentos, reproduziu a fórmula global do condomínio, completamente dissonantes da prática e do modo de vida da população residente no local, inviabilizando sua permanência e usufruto dos investimentos em habitação. Por outro lado, a nova tipologia adequou a área aos empreendimentos circundantes, produzidos para outros segmentos de renda (Melo, Cardoso, 2014). O caso do Morro do chapéu evidencia a natureza eminentemente desigual da urbanização capitalista, sobretudo, quando se permite que a iniciativa privada atue livremente, priorizando a redução dos custos e ampliação de seus lucros. No limite, o projeto representou um movimento de operacionalização e abertura de novas frentes de expansão para o capital, a partir de um processo de gentrificação e modernização espacial. O afastamento da população pobre e migrante das áreas urbanas consolidadas constitui um impacto indireto do projeto de mineração face à grande expectativa de captura do capital circulante por meio da renda a terra, durante a fase bem sucedida da extração de minério na região.

Os relatos contidos neste texto ilustram a mineração como uma dinâmica subjacente à transformação e expansão recente do tecido urbano no Sudeste Paraense, vínculo intrinsecamente relacionado às mudanças no capitalismo e, sobretudo, a proeminência assumida pelo capital financeiro sobre as atividades produtivas ao longo das últimas décadas. Tal processo permitiu ao mercado de capitais atuar em diversos setores da economia. É neste sentido que o fenômeno da financeirização constitui em si “a construção ampliada e diversificada destes canais por onde passam fluxos de mais-valor, lucros e renda advindos de fontes diversificadas e difusas” (Nunes, 2015, p. 129). Este protagonismo das finanças, evidente em atividades orientadas à exportação de commodities como o minério de ferro, alavancou a entrada maciça de investimentos nos locais de extração durante a última década, devido à voraz demanda mundial por matérias-primas durante o boom das commodities. Neste processo, os países latino-americanos se tornaram atraentes tanto por abrigarem grandes reservas minerais, quanto por apresentarem estruturas regulatórias favoráveis aos investimentos transnacionais. Neste contexto, ao mesmo tempo em que inversão de capital em tais regiões impulsionou a produção de infraestrutura logística, energética e a intensificação das operações de extração de minério, também fez com que novos investidores financeiros em busca de oportunidades de investimentos ampliassem suas atuações e passassem a se inserir em novos mercados, a exemplo do imobiliário e de terras (Nunes, 2015). Sob essa perspectiva, a financeirização

invade os domínios da produção urbana e no caso brasileiro, marcado por uma estrutura fundiária historicamente concentrada, oferece um estímulo extraordinário para que grandes proprietários de terras passassem a operar no setor imobiliário e terciário e a criar vínculos com o mercado de capitais. A adoção dessa lógica tornou a produção da cidade um negócio, apoiado em coalizões e no *know how* internacional (financiamento, planejamento dos empreendimentos, securitização), associado às demandas por habitação e serviços urbanos geradas pelo ritmo acelerado de investimentos da mineração. As operações financeiras de capitalização das empresas mineradoras viabilizam não só a ampliação exponencial de sua produção, mas geram as condições para que outros setores, também apoiados pelo mercado financeiro explorem os ambientes afetados pela atividade extrativa.

5. Reinvertendo prioridades: primeiro o cotidiano, o urbano, depois o global

O objetivo central deste artigo foi evidenciar a partir de uma leitura comparativa entre a atuação de duas grandes indústrias de extração mineral localizadas em países da América do Sul, uma na região de Pascua Lama, nos Andes chilenos e a outra na Serra dos Carajás, na Amazônia Oriental brasileira, como os espaços de extração de recursos naturais têm se configurado como peças-chave para compreensão das atuais dinâmicas do capitalismo neoliberal. Em ambos os casos a urbanização foi colocada a serviço de interesses econômicos e da captura de capital excedente, que transborda de atividades produtivas, e cada vez mais da esfera não-produtiva comandada pelo circuito financeiro, resultando na transposição do ritmo das dinâmicas do circuito global de troca diretamente para o espaço dessas cidades.

Apesar dos pontos de tangência, a investigação sobre Parauapebas evidencia importantes especificidades em relação à operação do capital na fronteira amazônica, onde se observa que as inter-relações entre os níveis da realidade social se configuram de tal forma, que somente um número limitado de atores (grandes proprietários ou controladores da terra), se beneficiam dos transbordamentos de capital articulados à operação da empresa mineradora, através da expropriação de renda da terra, tanto dos segmentos articulados ao nível global, como através da espoliação da população mais vulnerável, que permanece à distância dos benefícios associados à mineração. Embora seja claro que os grupos sociais excluídos (representados seja por população original, imigrantes das fases de colonização ou novos imigrantes) se constituem em segmento estratégico para aumentar as margens de lucro dos atores inseridos nos níveis global e intermediário. A formação recente de Parauapebas gerou uma forte polarização dos grupos sociais, entre os que trabalham para a mineração direta ou indiretamente, e os que estão excluídos, de modo a criar um forte controle da mineradora e dos proprietários de terra sobre diversos elos dos arranjos produtivos praticados na região. Isso difere do caso chileno onde os dois séculos de história permitiram um ritmo mais lento e estável da transformação impulsionada pela mineração. Parauapebas era uma “página em branco”, que carecia de institucionalidades e facilitava a usurpação violenta e a invisibilização de atores sociais.

Mesmo as tentativas de fortalecimento da geração de renda para extrativistas realizadas pela Vale S.A., reduzem os coletores de sementes à simples fornecedores de uma matéria-prima rara e lucrativa para os agentes localizados no topo da cadeia produtiva (a indústria de fármacos

e cosméticos). A conversão do trabalho dos extrativistas em parte de um arranjo produtivo de alcance global coloca em risco a própria continuidade da prática, na medida em que o esforço físico e as dificuldades exigidas pelo trabalho, o processo de envelhecimento da população coletora (e a conseqüente perda de conhecimento tácito e do saber tradicional associado), o desinteresse das novas gerações em participar da atividade (já que os salários e as condições de trabalho oferecidas pela mineração são muito mais atraentes), o baixo lucro associado à venda do produto, o desconhecimento da população urbana (migrante) sobre a existência e a importância da preservação do extrativismo na Flona e, por fim, a não incorporação de conhecimento técnico, inovativo e tecnológico pelos grupos sociais diretamente envolvidos com coleta, servem como desmotivação para a construção de uma matriz urbana alternativa (a do urbano-natural). A prematura aniquilação dessa possibilidade desperdiça a oportunidade de: empoderar o habitante local, enraizar uma cadeia produtiva ambientalmente compreensiva na região, conectar a cultura urbana a uma matriz de conhecimento tradicional, incentivar o desenvolvimento de novas atividades produtivas com base na biodiversidade e, retirar do campo cego os grupos socialmente excluídos (nativos e migrantes pobres) que são os verdadeiros portadores do potencial para geração de um nova forma de desenvolvimento, genuína e autônoma, para região Amazônica.

Enquanto isso, em Parauapebas, as dinâmicas globais ligadas ao mercado financeiro, transcenderam a exportação de commodities e se apropriaram intensamente da produção do espaço urbano. Nos últimos anos, bancos e securitizadoras internacionais têm se aliado a atores regionais e intensificado o processo de urbanização extensiva deflagrado durante o boom das commodities, através da produção excepcional de loteamentos urbanizados, homogeneizando a paisagem natural e social, graças à entrada de capital oriundo de fundos de investimentos internacionais. Se por um lado a conexão direta entre o circuito global de acumulação e os locais de extração de recursos naturais têm promovido uma aproximação cada vez maior entre atores globais, intermediários e locais; por outro, a projeção dessas relações no espaço concreto reflete o descolamento entre os interesses dos atores envolvidos com o grande capital à nível global (acionistas, gestores corporativos, especuladores e rentistas), e as demandas mais imediatas da população pobre na esfera da vida cotidiana.

Nos casos chileno e brasileiro ocorreu relativa influência do capital estrangeiro e da controversa atuação do Estado, e as estratégias neoliberais, elaboradas para estimular a atração de grandes fluxos de capital estrangeiro, criaram as condições para o aumento desmesurado da produção física, alimentam os delírios especulativos das novas frentes de expansão e conectam esse movimento à circulação de capital à nível global, através da desregulamentação financeira no Chile, e da falta de regulação e mesmo de informação sobre a realidade em Parauapebas, que favoreceu diversas manifestações de acumulação primitiva.

Com o arrefecimento da demanda chinesa por commodities no nível global, grandes mudanças têm sido observadas na região da Serra dos Carajás. A próspera cidade mineradora de alguns anos atrás, já enfrenta um período de recessão fortemente correlacionada com os ajustes financeiros da Vale S.A., que incluem: a transferência e a demissão de funcionários da companhia e terceirizados; a paralisação de plantas industriais, o encerramento de serviços e atividades de apoio à empresa e aos funcionários; diminuição drástica no preço dos imóveis e na produção de novos empreendimentos (a malha urbana cresceu até agora apenas 9,15% em comparação com o período anterior) (tabela 2). Paradoxalmente, no nível da vida cotidiana,

nota-se um movimento de reestruturação urbana. Em contraste com a tendência econômica, a redução do custo de vida, tem possibilitado a permanência e inserção do migrante pobre na cidade. Pequenos comércios e atividades informais têm surgido e estão se fortalecendo. E diversas estratégias de sobrevivência começam a despontar como alternativas (hortas urbanas, coleta de semente, artesanato, etc.) ao estreito mercado formal definido pela empresa mineradora. Também têm se intensificado o uso e a realização de atividades no espaço coletivo, em praças, parques e espaços livres, a exemplo de uma imensa área de lazer construída por uma das construtoras nacionais atuantes Parauapebas, que tem permanecido acessível à população enquanto os lotes no entorno não são ocupados. Práticas de esporte, lazer e cultura, têm sido mais frequentes e também manifestações políticas, para pressionar o Estado e a própria mineradora à responder as demandas mais imediatas da população. Uma dessas conquistas foi a regularização, ainda que deficiente, do transporte coletivo.

Conclui-se que existe uma janela de oportunidade aberta à urbano-utopia em contraste, com as limitadas possibilidades oferecidas pela matriz urbano-industrial, até hoje assumida como hegemônica. Como preconizado por Monte-Mór, uma nova práxis urbana se apresenta no horizonte, associada a uma matriz urbano-natural, que recupera a conexão entre pessoas e meio físico e dá aos excluídos de outrora, visibilidade e protagonismo. Face à forte dependência da cidade da mineração, esta seria uma possibilidade de redenção e mudança de curso, com mudança do padrão da pilhagem e transformação intensiva da natureza para o enraizamento genuíno de trajetórias invisíveis ou recusadas até então, que tornam o diferente aceito, seja ele indígena, camponês, extrativista ou artesão. A inclusão desses grupos por meio do reconhecimento da natureza viva como insumo para a subsistência de parte da população, são uma alternativa da construção de uma identidade cultural para o Sudeste Paraense com base na diversidade constituída historicamente, não dependente apenas do grande capital.

Face às observações das reações na esfera local, sustenta-se a necessidade de (re)inversão da dinâmica urbana atual, dos interesses de acionistas, gestores corporativos, especuladores e rentistas (com total determinação da esfera global), para a esfera local, que sequer é visível aos olhos dos grandes players globais. Propõe-se que o urbano-natural seja incorporado à urbanização extensiva, como naturalização extensiva, que articula cidade, campo e natureza, para garantir a reprodução da vida e o aprofundamento da cidadania (responsiva à diversidade da esfera de vida local).

Referências Bibliográficas

- ARBOLEDA, Martín. Financialization, totality and planetary urbanization in the Chilean Andes. *Geoforum*, [s.l.], v. 67, p.4-13, dez. 2015a. Elsevier BV. DOI: 10.1016/j.geoforum.2015.09.016. Disponível em: <<http://api.elsevier.com/content/article/PII:S001671851530052X?httpAccept=text/xml>>. Acesso em: 08 fev. 2016.
- ARBOLEDA, Martín, 2015b. Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *Int. J. Urban Reg. Res.*, forthcoming.
- BRANDÃO, Carlos. Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. *Organizações & Sociedade (Impresso)*, v. 15, p. 145-157, 2008.
- BRENNER, Neil, 2014. Introduction: urban theory without an outside. In: Brenner, Neil (Ed.),

Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization. Jovis, Berlin.

BRENNER, Neil (ed.). Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization. Berlin: Jovis, 2014.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? City, [s.l.], v. 19, n. 2-3, p.151-182, abr. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>.

BUNKER, S. Da castanha-do-pará ao ferro: Os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia. Belém: NAEA, 2007b. p. 105-137.

BUNKER, S. Os Fatores Espaciais e Materiais da Produção e os Mercados Globais. In: COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia. Belém: NAEA, 2007a. p. 65-96.

FERNANDES, D. et al. A formação das elites na amazônia: diversidade estrutural e estratégias de desenvolvimento regional no século XX. Relatório de Pesquisa (Projeto Edital Universal 2013), 2016.

FIX, M. de A. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 236 f. Tese (Doutorado). Curso de Desenvolvimento Econômico. Unicamp, Campinas. 2011

HARVEY, David. Enigma do Capital e as do capitalismo.1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011[2010]. 235p.

HARVEY, David. Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013[1982].

IBASE. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Ibase, 2014. 112 p.

IBGE. Censo Demográfico. 2010.

JORNAL A NOTÍCIA. Na contramão da crise econômica: Investimento imobiliário vai injetar R\$ 350 Milhões na economia Paraense. Disponível em: <<http://www.an10.com.br/noticias/7070>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. 3. ed. Belo Horizonte: Ufmg, 2008[1970]. 176 p

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA METRÓPOLE: SUBJETIVIDADES, INSURGÊNCIAS E REDES NA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA. 2015. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Ufmg, Belo Horizonte, 2015. Cap. 3.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes. 2011

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.29-40, set. 2013. Trimestral.

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR 1994 (1994): 169-181.

MONTE-MÓR, R. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, pp 55-70.

MUXI, Z. Ciudad Global. Barcelona: Gustavo Guili, 2004.

OLLMAN, Bertell, 2003. Dance of the Dialectic: Steps in Marx's Method. University of Illinois Press, Urbana, Chicago and Springfield.

PECK, Jamie. Cities beyond Compare? Regional Studies, [s.l.], v. 49, n. 1, p.160-182, 17 dez. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.980801>.

SANTOS, M. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p. (Geografia: Teoria e Realidade).

SANTOS, Milton. Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000 [1974].

SILVA, H.; SANTOS, I.. Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora. In: Anais Do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2010. p. 1 - 13. Disponível em:<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A056.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

WYLY, Elvin K. et al. SUBPRIME MORTGAGE SEGMENTATION IN THE AMERICAN URBAN SYSTEM. Tijds Voor Econ & Soc Geog, [s.l.], v. 99, n. 1, p.3-23, fev. 2008. Wiley-Blackwell. DOI: 10.1111/j.1467-9663.2007.00436.x. Disponível em: <<http://api.wiley.com/onlinelibrary/tdm/v1/articles/10.1111/j.1467-9663.2007.00436.x>>. Acesso em: 09 fev. 2016.